

Hipólito da Costa



Por **CARLOS ALVES MÜLLER***

A existência de um Dia da Imprensa pode ser irrelevante. As circunstâncias de sua adoção, entretanto, não devem ser ignoradas

O Presidente da República sancionou, em 13 de setembro de 1999, uma lei decorrente de projeto do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) que estabelecia, “em todo o País, a data de 1º de junho de cada ano para as comemorações do Dia da Imprensa”. Com isso, o Dia da Imprensa deixou de ser comemorado em 10 de setembro, como ocorria desde que Getúlio Vargas o instituiu. A existência de um Dia da Imprensa pode ser irrelevante; uma inofensiva idiossincrasia nacional. As circunstâncias de sua adoção, entretanto, não devem ser ignoradas.

O 10 de setembro foi adotado porque nesse dia, em 1808, circulou a primeira edição da *Gazeta do Rio de Janeiro*¹, precursora do atual Diário Oficial da União. O caráter oficial da *Gazeta* e o fato de que antes disso, em 1º de junho, Hipólito da Costa tivesse fundado o *Correio braziliense ou armazem literario*, em Londres, levaram o deputado Marchezan a propor a mudança de datas, acolhendo sugestão da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul.

A iniciativa foi apoiada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), presidida por Paulo Cabral de Araújo, então presidente do Correio Braziliense, fundado por Chateaubriand e principal jornal de Brasília, e por outras entidades do setor. Aceitando-se que a efeméride devesse ser oficializada, ainda assim a alteração não é tão pacífica quanto o calendário e a natureza da *Gazeta* fariam supor.

Como se não bastasse, em 5 de julho de 2010, o Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva, no exercício da Presidência, sancionou a Lei 12.283, inscrevendo o nome de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça no *Livro dos Heróis da Pátria*. Esse livro está depositado no Panteão da Pátria Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. E a Lei foi aprovada pelo Congresso Nacional a partir do projeto do Poder Executivo Nº 4401/2001 (Mensagem 260/1). Os primeiros brasileiros a terem seus nomes inscritos foram Tiradentes e o Marechal Deodoro da Fonseca, incluídos mediante Medida Provisória (que, constitucionalmente, exige relevância e urgência) do então Presidente José Sarney.

A polêmica envolve questões recorrentes na história da imprensa brasileira e na legislação que a rege, entre elas a da nacionalidade das publicações e de seus editores.

Há uma bibliografia relativamente abundante sobre o *Correio Braziliense* e seu editor², mas isso não torna menos polêmica a indicação de ambos como patronos da imprensa nacional. Hipólito da Costa – Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça – natural de Colônia do Sacramento (atual território uruguai) editou o *Correio Braziliense* de junho de 1808 a dezembro de 1822, sempre em Londres, mesmo depois, portanto, que se tornou possível a instalação de prelos no Brasil.

Entre as questões mais controvertidas estão: (1) até que ponto o *Correio Braziliense* pode ser apontado como “independente” num confronto com a oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*? A circulação do *Correio* era viabilizada por subsídios de ingleses e portugueses; (2) o tratamento reverente que dava a Dom João, (3) o formato e a periodicidade do *Correio Braziliense* e, principalmente, (4) sua oposição à independência do Brasil, como demonstra passagem transcrita a seguir.

Na justificativa do projeto, o deputado afirmava que “o Correio Braziliense pregou incessantemente a independência

brasileira". Isso é um equívoco, desfeito pelo próprio editor em seus textos. Basta consultá-los no original ou na coletânea feita por Barbosa de Lima Sobrinho. Hipólito da Costa não se opôs apenas circunstancialmente a movimentos independentistas. Pelo contrário, suas manifestações contrárias aumentaram em freqüência e contundência à medida em que o processo de emancipação avançava.

Quando até D. Pedro já se insurgia contra a autoridade de Lisboa – o “Fico” de Dom Pedro foi a 9 de janeiro de 1822 – Hipólito da Costa seguia se opondo à Independência.

“...Recomendando a união, temos sempre dirigido nossos argumentos aos brazilienses, não ocorrendo sequer a possibilidade que nos portugueses europeus pudessem existir essas ideias de desunião; porque a utilidade deles, na união dos dois países era da primeira evidência. Mas infelizmente achamos que as cousas vão muito contrário, e que é entre os portugueses e alguns brasileiros, e não entre os brazilienses³, que se fomenta e se adotam medidas para essa separação, que temos julgado imprudente, por ser intempestiva; e que temos combatido, na suposição de que os portugueses europeus nos ajudariam em nossos esforços, para impedir, ao menos por algum tempo, essa cisão.”⁴ afirmou na edição de fevereiro de 1822, voltando ao assunto na edição de março: “...se os brazilienses, imitando esse comportamento inconsiderado das Cortes, derem também o passo inconsiderado de se declararem independentes...”⁵

Mesmo que se aceite que uma publicação editada em Londres, por uma pessoa nascida numa localidade que não é território brasileiro e que opôs-se “obstinadamente” à separação do Brasil, (observação do biógrafo Rizzini)⁶ seja tomada como marco fundador da imprensa brasileira, ainda assim as características do próprio *Correio Braziliense* forneceriam fortes motivos à argumentação contrária ao projeto do deputado Marchezan. Tais elementos encontram-se no livro de Sodré: “...o *Correio* era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto... Mensalmente, reunia em suas páginas o estudo das questões mais importantes que afetavam a Inglaterra, Portugal e o Brasil, questões velhas ou novas, umas já postas de há muito, outras emergindo com os acontecimentos. Em tudo o *Correio Braziliense* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não jornal...”⁷

A questão de fundo no debate é: Qual a fonte histórica de inspiração do jornalismo brasileiro? O oficialismo da *Gazeta do Rio de Janeiro* ou *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa explicitamente contrário à independência do Brasil? Por que não Antônio Isidoro da Fonseca (o primeiro tipógrafo a se instalar e a imprimir no Brasil, em 1746); João Soares Lisboa (editor do *Correio do Rio de Janeiro*, que se insurgiu contra uma lei de imprensa baixada por D Pedro e propugnou pela convocação de uma constituinte brasileira); Frei Caneca (Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, um dos líderes intelectuais da Revolução Pernambucana de 1817 e, posteriormente, da Confederação do Equador. Frei Caneca morreria fuzilado, tornando-se o primeiro mártir da imprensa brasileira); Líbero Badaró (O médico italiano Giovanni Baptista Libero Badaró, editor do *Observador Constitucional*, defensor com igual veemência da liberdade e da responsabilidade da imprensa, assassinado em novembro de 1830) ou ainda Bento Teixeira (autor da *Prosopopéia*, o primeiro livro escrito no Brasil e que, por suas convicções, expostas a que o quisesse ouvir, enfrentou a inquisição)?⁸

***Carlos Alves Müller**, jornalista, é doutor em ciências sociais pela UnB.

Notas

(1) SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4^a edição com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Sodré é claro ao indicar as limitações gráficas e da escassa circulação do primeiro periódico impresso no Brasil: “Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão-somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4º, poucas vezes mais, semanal de início, trissemanal depois, custando a assinatura semestral 3\$800, e 80 réis o número avulso, encontrado na loja de Paul Martin Filho, mercador de livros. Dirigia esse arremedo de jornal frei Tibúrcio José da Rocha”. p. 19

(2) Os principais trabalhos são: RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora

Nacional, 1957; LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro e Brasília: Cátedra/MEC, 1977; DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2 vols. 1957 e MONTEIRO, Rolando. *Hipólito da Costa e a Independência*. Rio de Janeiro e Brasília: Cátedra/MEC, 1979.

(3) O próprio Hipólito da Costa esclarecia: “ Chamamos Braziliense, o natural do Brasil; Brasileiro, o português europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar ou estabelecer-se...”

(4) LIMA SOBRINHO, Barbosa. op. cit. nota 24. p. 363/364.

(5) Idem. P. 371

(6) RIZZINI, Carlos. op. cit. nota 24, p. 207 (título do Livro IV).

(7) SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit. nota 22 p. 22,

(8) VILAR, Gilberto. *O Primeiro Brasileiro – Onde se conta a história de Bento Teixeira, cristão-novo, instruído, desbocado e livre, primeiro poeta do Brasil, perseguido e preso pela Inquisição*. São Paulo: Marco Zero, 1995.